



Índice

- 01** Estudantes indígenas começam ano em 11 novas escolas
- 02** Caciopar pede cautela na questão indígena
- 03** MPF/AM registra vitórias em ações do Dia D da Saúde indígena
- 04** Grupo vai traçar plano para assistência à saúde de índios isolados
- 05** Estagiários indígenas assumem vagas na Comarca de Miranda
- 06** Jagunços incendeiam casas de quilombolas em Codó- Ma
- 07** Base de submarinos nucleares ameaça quilombo
- 08** O Quilombo São José da Serra está em festa!
- 09** Rádio: missão de levar informação a comunidades ribeirinhas do Amazonas
- 10** Indígenas do oeste do Paraná fazem protesto contra ordem de despejo



Estudantes indígenas começam ano em 11 novas escolas

SÍTIO EDUBRA, 13.02.2013

Alunos das comunidades indígenas vão começar o ano letivo em escolas novas. O Governo do Paraná concluiu 11 novas unidades, em 2012 e no começo deste ano, e duas estão licitadas, com previsão de entrega até dezembro. A construção das 13 unidades totaliza investimento de R\$ 18,9 milhões.

"Trabalhamos para garantir a qualidade do ensino e a alfabetização das crianças e de adultos indígenas que, com a escola, têm a perspectiva de um futuro com mais oportunidades", diz o vice-governador e secretário estadual da Educação, Flávio Arns.

As novas escolas têm salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, salas administrativas para professores e pedagogos, banheiros adaptados para deficientes físicos, cozinha, depósito de merenda e pátio coberto. Além disso, estão adaptadas para atender também alunos com múltiplas deficiências e equipadas para a prevenção de incêndio.

Em Tamarana, perto de Londrina, a comunidade caingangue vai receber a nova unidade do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag. A escola está recebendo os últimos reparos para atender os alunos, na quinta-feira (14), início do ano letivo.

O colégio terá professores indígenas e não indígenas e a diretora será uma pedagoga indígena. De acordo com a chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina, Lúcia Aparecida Cortez, essa interação é importante para preservar as características e a cultura indígena entre a escola e comunidade.

"Os professores têm características indígenas, passam valores que mantêm as tradições da comunidade para que não se percam os costumes, a língua e os valores indígenas", diz Lúcia.

Em São Jerônimo da Serra, na região Norte do Estado, a nova unidade da Escola Estadual Indígena Cacique Koféj passa pelas últimas adequações para a volta às aulas. A escola recebeu novo mobiliário escolar com carteiras e cadeiras para os alunos. A escola vai oferecer ensino fundamental e médio para mais de 300 alunos das etnias caingangues, xetá e guarani.

"Há muito tempo estávamos aguardando uma escola nova para atender a demanda de matrículas da nossa comunidade", diz a diretora Aline Gonçalves Proença Gomes.

Em Mangueirinha, no Sudoeste, a nova Escola Estadual Indígena Kokoj Ty Ja está pronta para atender 250 alunos. "Sem essa escola os alunos teriam que se deslocar para outros municípios da região", diz a diretora Eliane do Nascimento Hollmer. No município de São Miguel do Iguçu, no Oeste, desde maio do ano passado, mais de 300 alunos estudam na unidade nova do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo.

A Secretaria de Estado da Educação licitou a construção de duas novas escolas indígenas: na Ilha da Cotinga, Litoral, a Escola Estadual Indígena Pindoty; e na região Centro-Sul, a nova escola Arandu Miri



Caciopar pede cautela na questão indígena

SÍTIO TERRA, 13.02.2013

A exemplo de outros organismos regionais, a Caciopar (Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná) manifesta preocupação quanto à questão indígena que se apresenta no Extremo-Oeste da região – Guairá e Terra Roxa. Em ofício endereçado a líderes de vários setores, e também à Funai (Fundação Nacional do Índio) e ao governo, a Caciopar pede cautela na solução de um tema delicado.

A Caciopar abre o documento informando que um tema em particular preocupa a sociedade organizada do Oeste do Paraná nos últimos meses. Trata-se do iminente risco de um conflito envolvendo indígenas e donos de área agrícolas principalmente na região dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, no Extremo-Oeste do Estado.

A ocupação de áreas particulares, a demora no processo de demarcação e da regularização de aldeias e as condições de dificuldades que famílias indígenas estariam enfrentando, inclusive com escassez de água potável e de alimentos, compõem um clima nada saudável para um debate tão importante, ressalta a coordenadoria, reconhecendo que essa é uma questão que precisa ser enfrentada.

O presidente da Caciopar, Mario César Costenaro, informa que a coordenadoria e associações comerciais da região acompanham a sucessão de acontecimentos com apreensão. “O tema é verdadeiramente delicado, mas nada justifica chegar ao ponto de um iminente risco de violência. O que a sociedade organizada espera, e se coloca à disposição para ajudar no que for preciso, é que o tema seja conduzido com coesão, discernimento e, principalmente, com bom-senso. Aquele que é verdadeiramente dono da terra, paga e a documenta, não pode ter prejuízos, nem aquele que busca por um direito que verdadeiramente o assiste”.

Diante disso, conforme Costenaro, o que se quer, tanto dos líderes e comunidades indígenas e dos proprietários de terra que se dizem prejudicados, sempre com a correta mediação dos órgãos competentes, é que o assunto seja tratado sem radicalismos e pelo caminho do diálogo. Neste contexto, cabe ao governo também agir de forma firme, justa, rápida e por um entendimento que seja razoável a todos.



MPF/AM registra vitórias em ações do Dia D da Saúde indígena

SÍTIO UOL, 13.02.2013

Passados pouco mais de dois meses do Dia D da Saúde Indígena, realizado pelo Ministério Público Federal em diversos estados no dia 10 de dezembro de 2012, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) obteve importantes vitórias parciais na defesa do direito à saúde dos povos indígenas: as três ações civis públicas ajuizadas pelo órgão na data tiveram pedidos de liminar acolhidos pela Justiça Federal. Nos dois casos em que houve recurso para suspender os efeitos das decisões liminares, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve as determinações em favor dos pedidos do MPF/AM.

Na mais recente decisão favorável à atuação do MPF/AM na defesa da saúde indígena, o TRF1 negou pedido de suspensão da liminar que determinou à União a realização de reforma das instalações e conserto de veículos da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Lábrea (distante 702 quilômetros de Manaus). O recurso ainda deverá ser julgado pelo colegiado do tribunal. Até lá, permanece em vigor a determinação para que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) apresente cronograma de obras em dez dias e inicie a reforma em até 30 dias.

Em outra ação ajuizada no Dia D da Saúde Indígena, o MPF/AM denunciou a falta de medicamentos básicos no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Alto Rio Negro, que atende cerca de 30 mil índios, e obteve na Justiça decisão liminar que determinou a manutenção de medicamentos básicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde em estoque para disponibilização aos indígenas. A União tentou suspender o efeito da liminar, mas também teve o pedido negado pelo TRF1 e deverá cumprir a decisão até o julgamento do recurso pelo colegiado do tribunal.

Os índios que vivem nas 379 aldeias localizadas nas regiões do Alto Solimões e do Vale do Javari também deverão ser beneficiados a partir da atuação do MPF/AM, por meio da Procuradoria da República no Município de Tabatinga. Uma ação civil pública ajuizada pelo órgão também no dia 10 de dezembro do ano passado resultou na determinação da Justiça Federal, em caráter liminar, para que a Sesai forneça água potável em até trinta dias e apresente plano no prazo de dois meses para regularizar definitivamente o abastecimento dessas aldeias.



Grupo vai traçar plano para assistência à saúde de índios isolados

SÍTIO CEDEFES, 13.02.2013

Os grupos de índios que vivem isolados e com recente contato com a sociedade passarão a ter estratégias de atenção à saúde específicas. O governo federal formalizou a criação de um grupo de trabalho para tratar da questão e também estabelecer um plano de contingência para situações de contato e surtos epidêmicos nesses povos. A portaria instituindo o grupo foi publicada hoje (7) no Diário Oficial da União.

Os grupos de índios que vivem isolados e com recente contato com a sociedade passarão a ter estratégias de atenção à saúde específicas. O governo federal formalizou a criação de um grupo de trabalho para tratar da questão e também estabelecer um plano de contingência para situações de contato e surtos epidêmicos nesses povos. A portaria instituindo o grupo foi publicada hoje (7) no Diário Oficial da União.

A medida leva em consideração a vulnerabilidade desses povos a doenças contagiosas, principalmente em razão do contato com madeireiros, garimpeiros e traficantes de drogas. Formados por pequenos grupos nômades, os índios sofrem com a invasão de seu território, de obras estruturais e com ações de desmatamento, correndo risco real de desaparecer.

O grupo de trabalho será formado por representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), representantes dos distritos sanitários especiais indígenas (Disei). Também farão parte da iniciativa integrantes das coordenações das frentes de proteção etnoambiental (FPE/Funai) e do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena. A portaria estabelece que os membros serão indicados em até 15 dias.

Existem no Brasil aproximadamente 220 povos com uma população de 700 mil índios. A Amazônia Legal concentra quase todos as referências de índios isolados no país. Ainda são encontrados registros de cerca de 60 grupos de indígenas isolados, sem ou de pouco contato com a sociedade.

Em novembro, ocorrerá a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que deverá traçar as diretrizes para a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, incluindo a assistência aos índios isolados.



Estagiários indígenas assumem vagas na Comarca de Miranda

SÍTIO TERRA, 13.02.2013

Os dois são da etnia terena, estão cursando o terceiro semestre de Administração Pública e obtiveram a 2ª e a 3ª colocação no processo seletivo para estagiários na Comarca de Miranda, que não possui nenhum tipo de cota racial. A jornada de trabalho é das 13 às 18 horas e, após o estágio, ambos vão para a aula, que começa às 19 horas.

Wellington da Silva Cabral mora na Aldeia Moreira, distante 2 km da cidade de Miranda, e desempenha atividades como encaminhar documentos por SCDPA e malotes digitais e digitalização de processos. "Decidi fazer o estágio porque é na área que estou cursando, assim tenho mais conhecimento e noção sobre a profissão que escolhi", comenta.

O outro estagiário, Rodolfo Gonçalo Azevedo, esclarece que são poucos os índios que fazem um curso superior e mais reduzido ainda é o número dos que conseguem um estágio logo no início do curso. "Eu quero um conhecimento na minha área". Rodolfo mora na Aldeia Passarinho, que fica aproximadamente a 2,5 km da cidade e é o único da comunidade que está estagiando.

Em uma época em que há polêmica sobre cotas raciais nas universidades e em concursos, o juiz Luiz Felipe Medeiros Vieira, titular da 2ª Vara da comarca, lembra que os indígenas se destacaram com a colocação no concurso.



Jagunços incendeiam casas de quilombolas em Codó- Ma

SÍTIO TOP, 13.02.2013

Em 03.02.2013, o tenente da Polícia Militar do Estado do Maranhão conhecido por Moura e o jagunço conhecido por Raimundo Monteiro (vulgo Raimundo da Chica), empregado do deputado estadual Cesar Pires (DEM-MA), líder do governo Roseana Sarney (PMDB) na Assembleia Legislativa do Maranhão, em ato criminoso, incendiaram duas casas de quilombolas, localizadas na Comunidade de Santa Maria dos Moreiras, por volta das 15 horas, no exato momento em que os quilombolas realizavam reunião na comunidade.

No dia 31.01.2013, o jagunço conhecido por Raimundo Monteiro anunciou que iria incendiar todas as casas de Santa Maria dos Moreiras, a mando do deputado.

Tal ato de selvageria objetiva intimidar, através do terror, as comunidades quilombolas que buscam a libertação territorial, a saber Santa Maria dos Moreiras, Bom Jesus, Tamboril e Jerusalém, que estão em litígio desde 1992 com o deputado Cesar Pires.

Esclarecemos que a liminar judicial que mantinha a comunidade quilombola na posse de seu território tradicional, foi liminarmente suspensa por decisão proferida pelo Desembargador Marcelo Carvalho Silva, , fato este que tem aumentado a violência na localidade.

O Maranhão tem vivenciado uma onda de ataques e violência contra comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, assentados e acampados nos dois primeiros meses de 2013.

No começo de janeiro, a capela da Comunidade Vergel, também em Codó, foi incendiada. No dia 31 de janeiro, o quilombola José da Cruz, do Quilombo Salgado, foi torturado pela Polícia Militar do Maranhão. Em fevereiro, o juiz da Comarca de Senador La Rocque mandou despejar 54 famílias de acampados do MST e a juíza da Comarca de Paço do Lumiar ordenou o despejo da comunidade tradicional do Tendal.



Base de submarinos nucleares ameaça quilombo

SÍTIO UNISINOS, 13.02.2013

A reportagem é de Guilherme Zocchio e publicada pela Agência Repórter Brasil, 08-02-2013.

A presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), assinou, no último dia 31, decreto desapropriando área no município de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para a construção de duas bases das Forças Armadas. Distante cerca de 75 quilômetros da capital do Estado, a região é de interesse da Marinha do Brasil para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos e abriga a comunidade quilombola de Marambaia, na cidade vizinha de Mangaratiba (RJ).

A região onde o governo pretende erguer os dois postos marítimos dista pouco mais de 20 km das terras onde a comunidade quilombola está instalada.

Cerca de 150 famílias quilombolas de ex-escravos vivem na Ilha de Marambaia desde o final do século XIX, com o cultivo de roçados e outras culturas de subsistência. Na avaliação de Rafael Soares de Oliveira, diretor-executivo da organização Koinomia, que realiza projetos junto a povos tradicionais, a instalação das bases da Marinha pode prejudicar a existência do quilombo. "Infelizmente, prejudicar mais do que já prejudicou é difícil que as Forças Armadas consigam, mas a existência da base deve preocupar os habitantes", avalia. A comunidade ainda não teve título de regularização emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O pedido foi feito em 2006. A ilha onde está quilombo foi incorporada às terras da União em 1971, quando a administração passou às mãos da Marinha do Brasil. Nesse hiato de tempo até o começo do processo de titulação da região, as tropas derrubaram casas, destruíram hortas e restringiram o trânsito na área, segundo levantamento da organização Koinomia sobre o histórico da comunidade.

Procurada para comentar o caso, a Marinha do Brasil não atendeu aos contatos da reportagem. O Ministério da Defesa, por sua vez, disse que desconhece a existência de uma comunidade quilombola no local, mas afirma que o Programa de Desenvolvimento de Submarinos obedece a toda a legislação brasileira, segundo informa a assessoria de comunicação da pasta.



O Quilombo São José da Serra está em festa!

SÍTIO CEDEFES, 13.02.2013

A comunidade do Quilombo São José da Serra comemorou na quarta-feira (30) uma conquista, talvez, tão importante para os moradores quanto foi a libertação dos escravos para a população negra brasileira. Eles assinaram o termo de imissão provisória na posse do terreno que hoje ocupam. O processo já tem mais de vinte anos e, agora, se encaminha para que se tornem os proprietários em definitivo dos 476,3 hectares de terra que ocupam, historicamente, desde a abolição.

O grande dia foi comemorado com festa, roda de jongo e a visita de vários amigos e parceiros da comunidade, que vieram ao Quilombo acompanhar a assinatura do documento, trazido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Justiça Federal. Pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), membros da comunidade quilombola de Pinheiral, amigos, imprensa (três equipes de reportagem de emissoras diferentes), representantes do Condema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) e da Emater-Rio estiveram presentes à solenidade.



Rádio: missão de levar informação a comunidades ribeirinhas do Amazonas

SÍTIO PORTALAMAZONIA, 13.02.2013

Informar, levar músicas e entretenimento para muitos ribeirinhos no Amazonas. Esses são alguns dos atributos de um dos mais importantes veículos de comunicação, o rádio. No estado, ele surgiu em 1927 com o governador, na época, Efigênio Sales. Fascinado por comunicação e por rádio, ele implantou a Rádio Manaós, em Manaus.

A pesquisa intitulada "A divulgação Científica Radiofônica em tempos de internet", realizada pela coordenadora do Programa de apoio à Divulgação da Ciência, Edilene Mafra, explicou que em 2009, cerca de 85% da renda familiar do ribeirinho amazonense era gasta com pilhas e querosene. As pilhas eram utilizadas para os rádios e a querosene para gerar energia nos motores de luz.

A coordenadora acredita que no Amazonas há duas rádios: a do interior e a da cidade e, especificamente em Manaus, os assuntos que mais agradam os ouvintes são de jornalismo. Já no interior, os assuntos relacionados ao campo e programas rurais são de maior incidência.

A primeira rádio de Manaus só funcionava às segundas, quartas e sextas-feiras. Informações sobre a cotação da borracha eram divulgadas de dia, e as notícias somente a noite. "A rádio também divulgava o horário de saída das embarcações, por isso, era muito difundida no interior do Amazonas", salientou Mafra.

Entretanto, após o "boom" da rádio na capital manauara, também veio a época chamada "jejum radiofônico", como explica a coordenadora do Programa de apoio à Divulgação da Ciência. "Infelizmente, por questões de problemas relacionados a programas de baixa qualidade na emissora, somado à irregularidade das transmissões, a rádio fechou", explicou.



Indígenas do oeste do Paraná fazem protesto contra ordem de despejo

SÍTIO G1, 13.02.2013

Indígenas de Guaíra e Terra Roxa, no oeste do Paraná, fizeram um protesto na terça-feira (12) contra a ordem de despejo da Justiça direcionada a cinco acampamentos instalados em áreas particulares. Eles também protestaram em solidariedade a um grupo de índios de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul, que teria sido atacado por pistoleiros no domingo (10).

Cerca de 1.300 índios estão alojados em propriedades de produtores rurais e reivindicam a demarcação de áreas acima de 100 mil hectares. Contudo, fazendeiros e prefeitos criticam a proposta de demarcação, pois tomaria 10% das terras destinadas para agricultura. Os guaranis dizem que as terras já eram deles no passado e prometem resistir. Já o outro lado afirma que nunca houve aldeias na região e querem continuar produzindo com tranquilidade nas terras.

"O guarani sem terra não tem cultura, não tem vida. Como é que nós vamos criar a nossa família, como é que nós vamos sobreviver se nós não temos terra.", desabafou o cacique de Terra Roxa Marciliano Lopes.

As lideranças indígenas querem que a Fundação Nacional do Índio (Funai) tome medidas para coibir a violência, crie um grupo para fazer estudos necessários para a demarcação das terras e entre na Justiça contra as ordens de despejo. "A gente sabe que essas terras que a gente está reivindicando tem donos. A gente sabe também que através da história era aqui que nossos antepassados viviam", relatou a vice-cacique Paulina Martins.

Documento à presidente

Na vinda presidente Dilma Rousseff a Cascavel, no oeste do Paraná, na abertura do Show Rural 2013, pelo menos 300 agricultores da região entregaram um documento, em mãos, a ela pedindo providências quanto aos conflitos entre indígenas e fazendeiros da região. Eles pediram a retirada dos índios e o afastamento dos funcionários da Funai. Também pediram a presença da Polícia Federal para coibir a entrada ilícita de índios paraguaios e de outros estados. Na ocasião, a presidente garantiu que irá fazer um estudo sobre a situação.